
Antropologia nos países de CPLP: o caso da Guiné-Bissau entre experiências, práticas, didáticas e pedagogias ¹

Peti Mama Gomes²

Resumo: A reflexão sobre a formação e exercício profissional no campo da Antropologia nas Comunidades dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) tem produzido, crescentemente, debate nas diversas áreas do conhecimento, entre elas as Ciências Sociais e Humanas, o que inclui a sua importância no desenvolvimento social, político e econômico dos referidos países. Visando contribuir ao debate, proponho-me neste ensaio a contextualizar historicamente o campo da Antropologia no continente africano no século XIX, a partir de posicionamentos que retomam os princípios do conhecimento científico ocidental de forma mais crítica. E, de modo mais específico, busco identificar e sinalizar os seus desafios de atuação na Guiné-Bissau.

Palavras-chave: Antropologia. Atuação Profissional. África. CPLP.

Anthropology in the CPLP countries: the case of Guinea-Bissau between experiences, practices, didactics and pedagogies

Abstract: The discussion about qualification and professional practice in the field of Anthropology in the Communities of Portuguese-Speaking Countries (CPLP) has increasingly produced debates in different areas of knowledge,

¹ Texto apresentado originalmente à mesa redonda: “Antropologia: formação e Atuação Profissional nos países da CPLP”, no âmbito do II Antropologia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), realizada entre 13 e 17 de maio de 2018, em Redenção/Ceará.

² Doutoranda em Antropologia pelo PPGA/UFPA e mestre em Antropologia pelo PPGA/UFC-UNILAB.

including Social and Human Sciences, which includes its importance in the social, political and economic development of those countries. In order to contribute to this debate, in this essay the aim is to historically contextualize the field of Anthropology in the African continent on the 19th century, from positions that take up the principles of Western scientific knowledge in a more critical way. And, more specifically, I seek to identify and point out its challenges of action in Guinea-Bissau.

Key-words: Anthropology. Professional Practice. Africa. CPLP

.....

Inicialmente, cabe situar o tema da antropologia e história, dentro de um panorama de “literatura dos viajantes, cronistas, naturalistas” sobre a diversidade cultural nos Séculos XVI-XIX, sustentado pelos relatos de viagens feitos por missionários, turistas, comerciantes, exploradores, administradores coloniais e militares, que são um conjunto de sujeitos heterogêneos (pessoas com diferentes formações acadêmicas, tais como: botânicos, médicos, astrônomos, matemáticos, filósofos, assim por diante), segundo Almeida (2008, p.44), “tendo seus critérios de competência e saber, utilizavam diferentes técnicas de observação direta, com o objetivo principal de procurar o “novo”, o “não conhecido”.

O campo da Antropologia como ciência surgiu no âmbito do colonialismo de modo geral e, a princípio, como a ciência do “Outro”, ou seja, a antropologia no século XIX objetivava-se em compreender outras realidades culturais e povos fora do contexto europeu. Especialmente, África, Ásia e América. Na África, por exemplo, a antropologia se associou a um movimento colonialista, isto porque o modelo econômico e político único, que julgava os interesses coloniais, considera a humanidade composta de diversas espécies em diferentes etapas de desenvolvimento do processo evolutivo. Assim, a invasão do continente africano pelos europeus foi justificada pela lógica dessa evolução humana, porque cada sociedade poderia ser classificada e inserida em um contínuo, desde as mais atrasadas e simples às mais evoluídas e complexas.

Segundo Morgan (1877), a humanidade passa por constante processo de evolução biológica e cultural -, nestas evoluções, alguns seres humanos culturalmente são considerados “menos evoluídos” em relação aos demais, no entanto, todos os países não europeus deveriam passar por algumas etapas ou escalas de evolução que consistem em três fases: selvageria, barbárie e civilização. Aliás,

a evolução das sociedades, das mais “primitivas” para as mais “civilizadas”, tem como seus expoentes, Lewis Henry Morgan (A Sociedade Antiga - 1877), Edward Burnett Tylor (A Cultura Primitiva - 1871) e James George Frazer, em busca das origens - “descobertos” e evolução humana, legitimar o conhecimento eurocêntrico que se denomina em Evolucionismo Social. A antropologia evolucionista é uma das correntes da antropologia dominante até o início do século XX, como principal método comparativo, partindo do pressuposto teórico de uma única mentalidade capaz de se desenvolver.

Isto é, se a Antropologia evolucionista segue uma única linha de desenvolvimento para a humanidade em geral e o racionalismo, pois, a partir da primeira metade do século XX, através de conferências e também de artigos, Franz Boas tece críticas a essas teorias, propondo, assim, uma nova antropologia fundamentada no conceito de “culturas” no plural para compreender a diversidade humana. Pois,

[...] as ideias não existem de forma idêntica por toda parte: elas variam. Tem se acumulado material suficiente para mostrar que as causas dessas variações são tanto externas, isto é, baseadas no ambiente (...), quanto internas, isto é, fundadas sobre condições psicológicas. A influência dos fatores externos e internos corporificam um grupo de leis que governam o desenvolvimento da cultura. (BOAS, 2004, p. 27).

No entanto, o surgimento da antropologia, revisto por Franz Boas sobre a utilidade do método histórico na metade do século XX, segue uma “evolução” de outros trabalhos como: Claude Lévi-Strauss em sua obra “Pensamento Selvagem” (1962), tentando compreender as estruturas fundamentais das sociedades a partir de suas estruturas internas. Assim, também, surgiu o funcionalismo, defendido por Malinowski e Radcliffe-Brown, que consiste em analisar as sociedades de forma particular e isolada, em outras palavras, as sociedades diversas não deveriam ser comparadas, portanto, foi necessário estabelecer um modelo de trabalho, pesquisa de campo, ou melhor, observação participante, em sua obra “Argonautas do Pacífico Ocidental”, publicada em 1922.

Essa trajetória da antropologia no ocidente, se assim posso chamar, teve muito peso nos países africanos que sofreram com o colonialismo, tendo a arqueologia e antropologia como um instrumento fundamental de dominação em termos de demarcação geográfica (FERREIRA, 2009), fornecendo os relatos de

suas viagens para os administradores coloniais. Em outros termos, a questão histórica dessa área de conhecimento ainda é muito forte, no caso específico da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa é perceptível ver que não é apenas o colonialismo e o socialismo que deixaram marcas profundas nestes países, mas, a antropologia, especialmente, como uma disciplina que esteve (era) aliada ao colonialismo, sendo um “instrumento” para facilitar com as informações de conhecer geograficamente para dominar³.

Portanto, as últimas décadas dos séculos XX e início do XXI têm sido marcadas por uma forte tendência autorreflexiva nas Ciências Sociais e Humanas em geral, sobretudo pelos intelectuais do continente africano no campo da produção de conhecimento desenvolvida pelo Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais na África - CODESRIA.

Em um caso particular desta autorreflexão, Adesina (2012) afirma que os/as intelectuais africanos/as e das diásporas deste século estão preocupados/as em defender uma alternativa de produção científica de conhecimento a partir de dentro, da “endogeneidade”. Quer dizer, os próprios e próprias pesquisadores/as africanos/as vêm questionando e problematizando há muitos anos os sistemas de conhecimento que não refletem as realidades endógenas africanas no seu todo, segundo Gomes (2019, p. 47). Inclusive, essa é a principal reflexão da historiadora guineense Patrícia Godinho Gomes (2014), que traz, assim, três propostas e reflexões interessantes para se pensar e refletir, levantadas a partir de textos de Oyèwùmi (2010) e Houtondji (1989).

A primeira é de que as circunstâncias históricas e políticas em que foi produzido o conhecimento em África teriam conduzido a uma dependência “de fora” em termos epistemológicos; em segundo lugar, os países africanos (submetidos, na sua maioria, a um processo de colonização) precisam encontrar mecanismos internos para compreender as dinâmicas sociais internas e precisam escolher os temas e as metodologias de pesquisa que melhor se adequem às necessidades locais e não às demandas externas; a terceira e última requer a construção de um projeto nacional à volta do qual as diferentes realidades socioculturais dentro de um território nacional possam estar representadas. (GOMES, 2014).

³ Ver: PEREIRA, Rui Mateus. **Conhecer para dominar o desenvolvimento do conhecimento antropológico na política colonial portuguesa em Moçambique, 1926-1959**. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2005.

Percebe-se, assim, que existem certas possibilidades de desconstrução do conhecimento ligadas à representação da realidade e do “sujeito conhecedor” e que questiona a própria noção de ciência. Esta linha de pensamento faz a crítica do próprio conhecimento produzido por antropólogos e antropólogas (baseando-se em trabalho de campo) e está, também, em consonância com o que foi sublinhado por Fabian (2013). E nesta mesma linha de raciocínio, Said (2003) aponta uma crítica ao Oriente tomado apenas como um espaço geográfico – imaginativo, construído e representado pelo Ocidente. Por isso, a prolongada interação da Antropologia com o “outro” cria um objeto de estudo, fundado a partir de uma distância temporal e espacial, principalmente marcada pela matriz da sociedade ocidental capitalista.

Lembrando que, a questão posta acerca de como o “outro” é construído a partir do ocidente, é uma imagem que vem sendo manipulada desde os séculos XVIII e XIX em consonância com a dinâmica das relações de poder mais amplas, historicamente construídas e nos contextos de processos coloniais e de dominação⁴. Entenda-se, a hegemonia histórica e cultural do Ocidente sobre o Oriente, como um colonizador, um ocupante e um opressor ao longo dos últimos três séculos resultaram na “criação” do “outro”, segundo Edward Said não passa de uma simbolização generalizante e convencional que se encarregou de representar o Oriente, e criaram assim como alimentaram, e ainda alimentam, suas culturas como do “outro”. (SAID, 2003).

Assim, também, quem reafirma a contribuição dos/as antropólogos/as no processo de colonização foi Asad (1991, p. 320), quando coloca que,

[...] o poder global europeu tem sido fundamental para a tarefa antropológica de registrar e analisar modos de vida das populações subjugadas, mesmo quando uma consideração séria desse poder foi teoricamente excluída. Não é apenas que o trabalho de campo antropológico tenha sido facilitado pelo poder colonial europeu (embora esse ponto bem conhecido mereça ser pensado em termos que não sejam moralistas); o fato é que o poder europeu, como discurso e prática, sempre fez parte da realidade que os antropólogos procuraram compreender [...].

4 Sobre o assunto, faz-se necessário ver a produção de autores/as africanos/as sobre seus lugares de pertença, apesar do colonialismo imperial, consultar: BOAHEN, Albert Adu (ed.). **História Geral da África** – África sob dominação colonial, 1880-1935. São Paulo/Brasília: Cortez/UNESCO, 2011. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190255>.

Esta relação entre o Ocidente e o Oriente foi lentamente moldada de maneira a permitir uma verdadeira colonização cultural e territorial do Oriente. Portanto, permitam-me sublinhar as questões de relação entre Antropologia e História defendida profundamente por Sahlins no sentido de que cada cultura tem sua própria historicidade, e em cada momento histórico acontece um contexto cultural completamente particular. No entanto, segundo o autor “a história é construída da mesma maneira geral, tanto no interior de uma sociedade quanto entre sociedades” (p.09), porém, as culturas não são meramente diferentes, [...] “os próprios acontecimentos históricos têm assinaturas culturais distintas” (SAHLINS, 2003, p. 14), assim, a Antropologia tem algo a contribuir para a disciplina histórica.

Em suma, o principal argumento neste primeiro momento é mostrar as tensões e as disputas no campo da Antropologia a partir do seu nascimento e crescimento dentro dos paradigmas fundamentados na ideologia colonial no continente Africano. No entanto, proponho neste ensaio, então, tecer reflexões a partir de três tópicos: (1) Breves reflexões sobre o fazer antropológico no continente Africano; (2) Práticas didáticas e pedagógicas da Antropologia na Guiné-Bissau; e, por último, (3) Relato de experiência em estágio à docência na Lusófona.

Breves reflexões sobre o fazer antropológico no continente africano

De acordo com Souza, “as primeiras reflexões que propiciaram o surgimento da Antropologia como área de conhecimento datam por volta do século XVI, período das Grandes Navegações, que culminaram com a “descoberta” do “Novo Mundo” e no contato entre europeus e as populações “nativas” das terras conquistadas” (SOUZA, 2016, p. 10). Seguem os efeitos sociais de explorações e “descobertas” etnográficas europeias conscienciosas têm sido, em geral, decepcionantes para os países em “desenvolvimento”, particularmente os africanos.

A pesquisa antropológica, convencionalmente, teve, como objetivo principal, a descrição das culturas nativas. Ou seja, a provisão para basicamente um público da Europa Ocidental de novos e básicos ou adicionais e confiáveis informações sobre não ocidentais – os chamados “primitivos”, “bárbaros”, povos “selvagens” ou “atrasados” [...] (OWUSU, 1997, p. 312)⁵.

⁵ No original: “*Ethnographic research conventionally has had as its main objective the descriptive account of native cultu-*

Diante disto, os desafios da Antropologia “africana” na sua formação e atuação profissional no continente foram marcados por uma conjuntura colonial. Segundo Owusu (1997), os esforços antropológicos no continente africano ocorreram nos primeiros momentos a partir do “nativo”, com a preocupação de enquadrar reconstruindo os estágios de evolução para encontrar o grupo mais “primitivo”. Assim, temos quatro períodos distintos considerados um divisor de água no desenvolvimento da Antropologia africanista demarcada por um processo temporal. Segundo Castro (2008), o primeiro período foi de 1920 a 1940, que basicamente é marcado pela profissionalização da Antropologia e pelas críticas aos paradigmas evolucionistas e difusionistas de seus primeiros anos” (p. 03). O segundo período, de 1940 a 1960, época que inegavelmente houve alguns avanços nos trabalhos funcionalistas-estruturais, marcado por importante momento no continente Africano, devido ao início da independência em alguns países. E, conseqüentemente, de 1960 para frente, começou uma forte onda chamada descolonização da Antropologia e os subseqüentes ataques aos seus paradigmas” (CASTRO, 2008, p. 03).

O período considerado “clássico” da Antropologia, anteriormente mencionado, além de marcar a institucionalização da disciplina nos Estados Unidos e na Europa, também, foi a época de maior deslocamento de imigrantes europeus para o continente Africano, os quais terminam no século XIX, servindo como informantes sobre a África e os/ as africanos/ as antropólogos/as, os quais, por sua vez, passam a refletir sobre os dados fornecidos a partir da rede de informações constituída pelos/ as migrantes. Reinhardt (2013) salienta que os países do continente Africano tiveram papel muito importante na consolidação do campo antropológico. De modo que,

[...] o continente tornou-se alvo preferencial das pesquisas do grupo responsável pelas conquistas teóricas mais sólidas do início desta era, a chamada escola funcional-estruturalista britânica, que cresceu sob a direção de Malinowski e a influência mais tardia de Radcliffe-Brown. (REINHARDT, 2013, p. 333).

Logo, as solidificações metodológicas do trabalho de campo etnográfico se dão a partir de exercício comparativo das escalas anteriormente destacadas, os acontecimentos, permitem entender as relações entre o colonialismo e a An-

res. That is, the provision for primarily a Western European audience of new and basic or additional and reliable information about non-Western – the so called “primitive”, “barbarous”, “savage”, or “backward” peoples (...). (OWUSU, 1997: 312).

tropologia. Ou seja, os/as antropólogos/as contribuíram para consolidação ou no treinamento dos/as funcionários/as coloniais. Pois, “[...] depois da independência, percebe-se que a Antropologia, como disciplina, é dispensável. [...] Isso foi totalmente justificado porque não conhecíamos outra Antropologia, exceto a Antropologia colonial”,⁶ como foi sublinhado por Mafeje (2001, p. 24). Desta forma, a reprodução desta área de conhecimento continua tendo força no cotidiano das universidades, não como uma disciplina autônoma, mas, enquanto uma ciência colonial nos países de CPLP.

O ensino superior africano apresenta-se como uma realidade complexa, que se evidencia através da variedade de contextos, modelos, potencialidades e práxis de organização, gestão e desempenho, não obstante a similaridade de desafios identificados, nomeadamente, por acadêmicos africanos e por decisões, a nível dos estados nacionais e de organizações internacionais. (VARELA, 2015, p. 08).

Neste contexto, e na maioria dos países africanos, o ensino em Ciências Sociais é considerado um “luxo”, de modo que os estados nacionais não priorizam os fundos para sua manutenção, isto é, os investimentos provêm do exterior - de Portugal, Brasil, Estados Unidos, entre outros e, evidentemente, chegam com políticas pré-estabelecidas ligadas a projetos específicos que chegam prontos, sem discussão. Considero um fato preocupante na garantia dos três pilares da Universidade: ensino, pesquisa e extensão sem considerar, por outro lado, que as próprias universidades públicas estão voltadas à “lógica do mercado”. No caso particular de Guiné-Bissau, nos deparamos com a suposta ausência de materialização dessa política pedagógica inspirada em projetos nacionais e, especificamente, do Ministério Nacional da Educação. A vida acadêmica fundamenta-se em torno das disciplinas e ao longo dos anos na universidade – o que cumpre com o primeiro pilar referente ao ensino, enquanto os demais pilares-chave, que poderiam ajudar no enriquecimento acadêmico, ficam ausentes.

Práticas didáticas e pedagógicas da Antropologia na Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau se deparou com uma estrutura patrimonial do sistema colonial na disciplina de Antropologia, portanto, depois da independência, segundo

⁶ No original: “After the independence, I have come to realize that anthropology, as a discipline, is dispensable. (...) This was fully justified because we knew of no other anthropology, except colonial anthropology”. (MAFEJE, 2001, p. 24).

Sané (2018), o sistema educativo,

[...] caracterizou-se pela busca de uma autonomia do país, no sentido de criar um sistema educacional que tivesse como base as raízes culturais e sociais do povo guineense. Visava, sobretudo, aliar o trabalho manual ao intelectual, para evitar que a escola e a comunidade se divorciassem e conciliassem os valores culturais africanos com os conhecimentos, a ciência e a técnica das sociedades modernas. (SANE, 2018, p. 07).

Justificando-se como resultado de um processo histórico da presença europeia no Continente Africano, a disciplina se depara com a insuficiência das instituições escolares locais e com a falta de professores/as e técnicos/as para atuar na área ora referida. Em outras palavras, o processo de produção de conhecimento científico em Antropologia na Guiné-Bissau ainda se depara com grandes desafios epistêmicos.

As estruturas acadêmicas guineenses vinculadas ao Estado não têm nenhuma instituição de ciências humanas e ciências sociais, dedicado à formação da Antropologia, Bioantropologia e Arqueologia. Algumas destas disciplinas são encontradas nas universidades privadas, por exemplo, na universidade Lusófona, onde tive oportunidade de estagiar em 2018 no curso de licenciatura em Sociologia. Assim, não existe ainda um curso de formação autônomo de Antropologia na Guiné-Bissau, mas, existem disciplinas de Antropologia dentro de outras áreas de formação nas universidades.

Ou por outra, a Antropologia em Guiné-Bissau, atualmente, é lecionada de forma optativa para todas as áreas do conhecimento do ensino superior pública e privada no país. A disciplina não ocupa um lugar central na grade curricular do ensino superior, o seu campo, enquanto prática científica nas universidades públicas e privadas tem pouco tempo de existência. Pois, antes da reforma curricular de 2009 e 2010, no país, a Antropologia era quase uma disciplina desconhecida para os estudantes guineenses. Mesmo tendo-a como disciplina optativa nas universidades, atualmente, a sua produção não se reveste ainda de um carácter consolidado e sistemático e está, mesmo no âmbito institucional, fortemente marcada pela iniciativa individual de pesquisadores guineenses na diáspora e, especialmente, de estrangeiros pela imposição de instituições que financiam os estudos neste domínio.

Segundo a antropóloga portuguesa, Ana Carvalho, em um dos seus escritos, no Dicionário Temático da Lusofonia (2005), afirma que “o desenvolvimento da Antropologia na Guiné-Bissau está ligado ao trabalho do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas - INEP e anteriormente, no período colonial, aos estudos realizados pelo Centro de Estudos da Guiné Portuguesa” (01). As duas instituições contribuíram e contribuem em divulgações de conhecimento da realidade sociológica guineense. Mas, estas produções, segundo a autora, tiveram objetivos divergentes “e em condições históricas e políticas diferentes”, de um lado, a administração colonial junto com a missão antropológica de procurar estabelecer rede de contatos entre cientistas internacionais e informantes locais (...) e, por outro lado, o estado Bissau-guineense pós-independente, sofrendo consequências direta ou indiretamente dos resquícios deste processo histórico da invasão portuguesa.

Vale fazer, então, uma observação de formação e atuação social e política desse conhecimento no país, visto que, não tem o mesmo peso ou prioridade como as demais áreas de conhecimento. Por um motivo, os dados de pesquisas antropológicas conhecidas na Guiné-Bissau foram realizados no âmbito da administração colonial portuguesa, exceto os trabalhos vinculados às instituições mencionadas anteriormente por Carvalho (2005). Logo, após a independência, a academia guineense enfrenta um grande desafio metodológico no ofício da antropologia como disciplina científica no sentido de reinterpretar os clássicos a partir dos seus tempos e espaços. Esta afirmação parte do princípio de que, quando se pensa em ciências sociais no contexto nacional guineense, especialmente a Antropologia, recorreremos aos pressupostos históricos do colonialismo português.

*“Foste para o Brasil minha filha para se formar em antropologia? Por quê? Para quê?”*⁷. Esta inquietação ocorreu após a minha aprovação no mestrado do Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Ceará e da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab, em 2017. O “desespero” do meu pai, e de quase toda a minha família⁸, em ter-me formado em antropologia, se justifica pela resistência a esta área de formação pós-colonial na Guiné-Bissau. Além da disciplina ter nascido

⁷ Notas de caderno de campo, 20/07/2017.

⁸ “Quando terminar de estudar, vai trabalhar com o quê? Como vai ganhar dinheiro?”. Essas perguntas são constantes nas reuniões de família.

em um contexto colonial e ter tido necessidade de descrever as características culturais e biológicas das colônias africanas, Lopes (2017, p.90), coloca uma questão importante de ausência desta formação devido também “às barreiras linguísticas herdadas da época colonial, que dificultam o diálogo entre investigadores e universitários”.

Além de minha família, acredito que muitas das guineense compartilham desta visão de que: quem se forma em Antropologia como área de conhecimento compartilha do lado do “branco colonizador”, dos “dominantes”, melhor dizendo, “se considera como superior” tendo em vista os impactos dos textos de E. Tylor (A Cultura Primitiva - 1871), L. Morgan (A Sociedade Antiga - 1877) e James Frazer (O Ramo de Ouro - 1890), que me lembram do pensar e fazer antropológico na Guiné-Bissau, nomeadamente em pensar nas divisões de sociedades a partir de pressupostos de “superiores” e “inferiores”.

Ainda, neste ponto, vou inserir uma citação de Sucuma (p. 2017, 264) que, em razão do seu objetivo didático, permite-nos entender melhor os efeitos da institucionalização do Ensino Superior e o papel ou não da antropologia na sociedade guineense. O autor afirma que “nos Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), a institucionalização do ensino superior começou na década de 1960, ainda durante a colonização”. Na Guiné-Bissau, em particular, foi tardia comparando-se aos demais países da mesma colônia portuguesa, isto porque o primeiro liceu instituído no período colonial foi em 1958, chamado de Liceu Honório Barreto, que depois da independência passou a ser chamado de Liceu Kwame Nkrumah (SUCUMA, 2018, p. 265). Assim, segue o intervalo de um período longo para a construção do ensino superior universitário público, em 1999, ainda por conta de alguns problemas nacionais, instabilidades do Estado, golpes militares, a Universidade Amílcar Cabral abriu suas portas somente em 2003⁹. Portanto, esta pequena passagem é bastante esclarecedora para compreender o que significa falar, então, de ciências sociais e humanas na Guiné-Bissau. Aqui me parece caber a observação de LOPES (2017), segundo a qual as ciências sociais nos PALOP são “idênticas”,

9 Para atender às demandas do país no domínio de formação superior, existem várias instituições de ensino superior e técnico criadas nos finais dos anos 70, a exemplo da Escola Superior de Direito (ESD), Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD); a Escola Nacional de Saúde (ENS); Escola Normal Superior “Tchico Té”, que tem a vocação de formar professores de níveis básico e secundário. Instituto Técnico de Formação Profissional (INAFOR), que possuía quatro centros de formação: Centro de Formação Administrativa- CENFA, Centro de Formação Industrial- ENA; Centro de Formação Agrícola- CEFAG e Centro de Formação Comunitária Experimental- CEFC (SUCUMA, 2017, p. 269), todas estas instituições estão vinculadas ao Ministério da Educação guineense, tendo parcerias internacionais (Cooperação Cubana, chinesa e portuguesa), objetivando-se oferecer os espaços de formação aos cidadãos guineenses.

[...] caracterizando-se por uma crise profunda nas instituições de pesquisa e ensino superior. Essa crise manifesta-se, entre outros aspectos, pelo número crescente de instituições que oferecem educação de qualidade duvidosa, fraca participação do Estado no financiamento da investigação em ciências sociais, principalmente a investigação fundamental, falta de motivação dos docentes e pesquisadores etc. (LOPES, 2017, p. 91 - 92).

As ciências sociais e humanas, de modo geral, sofriam e sofrem constrangimentos graves decorrentes tanto da ideologia colonial, como do regime político altamente repressivo. Mas, ainda pós-independência no país, estas áreas de formações, em especial a Antropologia, continuam não tendo uma política que potencialize sua necessidade e urgência nos quadros dos partidos políticos, de ministério nacional de educação, institutos dependentes ou altamente influenciados por partidos ou até sociedade civil.

Porém, não podemos esquecer o contexto em que surgiram as primeiras universidades na Guiné-Bissau, em meados de 1973, após a independência. O surgimento que foi confrontado com a carência de recursos humanos qualificados em todas as áreas e instituições que poderiam auxiliar a soberania nacional, carência sobretudo em Ciências Sociais e Humanas. Ainda assim, nas universidades, a maioria das quais são de natureza privada ou não-governamental e, quando são públicas, geralmente, são precárias e remuneram escassamente seus quadros profissionais, o que se justifica pelas inúmeras crises econômicas e políticas pelas quais os/as guineenses passam.

A experiência de estágio e docência na Universidade Lusófona da Guiné-Bissau

A República da Guiné-Bissau é um dos países do continente Africano com poucos antropólogos e antropólogas, tendo em vista, inclusive, a ausência de um curso direcionado para formação desses estudiosos. Entretanto, há um campo vasto de pesquisa na área, o qual contribuiria demasiadamente para o conhecimento do cotidiano guineense. Ocorre, também, um desconhecimento da população e mesmo dos gestores sobre a importância do papel que Antropologia ocupa na construção e produção de conhecimento e, principalmente, na área de pesquisa voltada ao campo etnográfico. No entanto, antes de esclarecer a afirmação anterior em relação à minha forma de pensar o fazer antropológico nos países de CPLP e o meu interesse por uma Antropologia das mulheres em

diferentes perspectivas no continente Africano, em particular na Guiné-Bissau, convido-a (o), minha presumida leitora e meu presumido leitor, para um breve passo atrás. Aqui, recupero parte de minha experiência de estágio em docência na Universidade Lusófona da Guiné-Bissau (ULG)¹⁰, junto às disciplinas *Técnicas e Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais e em Antropologia*, ministradas pelos professores: Júlio Có, Diamantino Domingos Lopes e eu como professora “substituta”¹¹, no primeiro ano do curso de Enfermagem, e primeiro e terceiro anos de Sociologia, respectivamente, as disciplinas de Sociologia integram a grade curricular da Licenciatura em Sociologia.

Logo, busco explicitar, aqui, os contatos nos primeiros dias em sala de aula. Usualmente, a figura do professor ou da professora na Universidade apresenta o plano de aula. Lembro-me, exatamente, que, na apresentação, ao pensar uma visão teórica e metodológica dos/as autores/as selecionados/as, tanto em um recorte de autores/as, como em uma seleção de temáticas, ainda há um domínio do fazer antropológico baseado no evolucionismo cultural a partir de correntes antropológicas do século XIX, as grandes referências para disciplina de Antropologia era Edward Burnett Tylor, James Frazer e Lewis Henry Morgan. Usando os referidos autores, foi possível estabelecer um diálogo acerca da compreensão das diferenças relativas à evolução da humanidade da selvageria barbárie para a civilização, comparando aspectos sociais e históricos. Isso me chamou atenção e me fez refletir bastante na proposta de Florestan Fernandes (1989), que trata de mudanças ocorridas ao longo do tempo suficientes para a construção da escola brasileira, sobretudo pensei na minha formação no Brasil, concretamente, na UNILAB. É importante esclarecer que o exercício comparativo Brasil/Guiné-Bissau, aqui colocado, encontra seus limites dentro das diversas tradições intelectuais, um ponto comum, talvez seja, pelo fato de serem dois países que sofreram com a colonização, é claro de maneiras diferentes. E a ideia de uma escola que transcenda aos muros, vinculando-se à educação libertadora, crítica e afiada com sua própria História, está longe particularmente do ofício de Antropologia na Guiné-Bissau.

Dito isso, trago um breve apanhado da minha experiência no estágio e docência na ULG, em 2018, destacando duas questões que me chamaram bastante

10 A Lusófona é uma das maiores instituições privadas no país.

11 O certo seria “estagiária”, mas, pronto, fui apresentada como substituta, mesmo não recebendo o salário para lecionar.

atenção: Primeiro, acompanhar e ver de perto que a luta dos professores e das professoras na Guiné-Bissau é diária, em razão de, envolve a garantia dos meios de trabalho relacionados às infraestruturas escolares, os materiais didáticos que possam fortalecer a aprendizagem de qualidade local e nacional, remuneração condizente com o padrão de trabalho e nível de formação.

Segundo ponto, por intermédio das minhas observações etnográficas referentes ao discurso e a prática da Antropologia na Lusófono, encontro elementos necessários para afirmar que eles reproduzem os modelos clássicos da Antropologia ocidental, obviamente, o que não condiz com a dinâmica de formação e atuação antropológica necessária à realidade no país. Desta maneira, ao meu ver, o fazer antropológico na Guiné-Bissau necessita, inicialmente, de reformulações dos currículos pedagógicos, considerando a sua estrutura local, epistemológica, política, social.

E, a partir da minha experiência como professora substituta, busquei, além da base teórica clássica, utilizada na disciplina, trazer outra visão de Antropologia Funcionalista, sustentada pelos autores como Radcliffe-Brown¹² para refletir o sistema de relações sociais e cultural como parte deste sistema, também de Evans-Pritchard¹³ para pensar relações entre grupos sociais, definidos localmente, com foco na organização política, social e econômica.

Pois as minhas experiências de estágio e docência, entre agosto e novembro de 2018, em Bissau, foi nas disciplinas de antropologia nos cursos de Sociologia e Enfermagem. Neste curto período, a sala de aula me permitiu entender que o/a professor/a não é um técnico/a, nem um improvisador/a, mas, sim, um/a profissional, um/a orientador/a, que pode utilizar o seu conhecimento e a sua experiência para se desenvolver em contextos pedagógicos preexistentes. Mas, para que isso aconteça, antes de tudo, o/a profissional necessita ser dotado/a de conhecimentos educacionais e culturais amplos para atuar com desenvoltura em situações “inusitadas”, desafiadoras, pois a realidade é dinâmica e imprevisível, elementos que se fizeram presentes nas aulas de Antropologia.

12 Conferir: RADCLIFFE-BROWN, A. R. “Introdução” In: A. R. Radcliffe-Brown e D. Forde (org.). **Sistemas Políticos Africanos de Parentesco e Casamento**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.

13 Para melhor entender o que afirmo, conferir: FORTES, M.; EVANS-PRITCHARD, E. E. “Introdução” In: M. FORTES, M. e EVANS-PRITCHARD, E. E. (org.). **Sistemas Políticos Africanos**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981. E, ainda, EVANS-PRITCHARD, E. E. “Os Nuer do Sul do Sudão” In: FORTES, M. e EVANS-PRITCHARD, E. E. (org.). **Sistemas Políticos Africanos**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.

Portanto, penso que a reformulação é necessária para oferecer, aos/ às discentes em formação, contato direto com as questões relevantes propostas pela Antropologia que se renova. Para tanto, o ensino da Antropologia nas universidades guineenses deveria implementar práticas teórico-metodológicas que visem desenvolver a experiência local, condizentes com a realidade do país e os acontecimentos contemporâneos. Para que isso aconteça, necessita em primeiro lugar desenvolver um material didático interdisciplinar, levando em consideração as demandas das instituições e do Ministério Nacional de Educação.

Cunha (2004) salienta que, o processo formativo da docência é contínuo e localizado, no sentido de que não existe neutralidade na construção de processos educativos. Isso se caracteriza pela elaboração de caminhos a serem percorridos na dialética entre prática e reflexão teórica, mas mais que isso, envolver-se na discussão é complexificar as práticas pedagógicas no ensino superior. Em outras palavras, é muito importante que as formações de professores/as sejam contínuas em qualquer área e, principalmente, em Antropologia na Guiné-Bissau, pois os/as ajuda a se atualizarem e obter conhecimento de forma mais dinâmica. O mais importante, talvez seja, valorizar o cotidiano pedagógico e discutir a importância que as práticas de ensino têm na formação de discentes que futuramente refletem sobre as suas carreiras.

Considerações Finais

Neste breve ensaio procurei lançar um olhar sobre o campo da antropologia a partir da formação e atuação profissional nos países de CPLP. Procurei não apenas compreender o contexto histórico da disciplina, mas também, o exercício da docência em Antropologia na Guiné-Bissau, por parte de profissionais de outras áreas, e seus múltiplos desafios. Por outro lado, reflito a respeito do campo de formação e atuação em Antropologia, como fator estratégico e importante, pois pode ser útil na definição de prioridades e orientação de investimentos, sejam em recursos humanos, materiais ou tecnológicos por parte do Estado e da sociedade civil na Guiné-Bissau.

Na primeira parte, fiz uma revisão teórica-metodológica do campo da Antropologia no continente africano, em particular na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa- CPLP. Em seguida, trouxe alguns dados sucintos do campo educacional nestes países, a partir de seus desafios nas áreas de Humanas

e Sociais. Por último, foi colocado de que maneira a disciplina Antropologia é ensinada nas escolas de acordo com as minhas experiências como professora substituta na Universidade Lusófona em 2018. A experiência de docência na Lusófona acrescentou muito para a minha formação como antropóloga, além de pesquisadora, pois poder acompanhar e vivenciar de perto a carência de material didático para ensino da disciplina permitiu-me ter certeza da importância de formação e atuação profissional em Antropologia no meu país.

Referências

ADESINA, Jimi. Práticas da Sociologia Africana: Lições de endogeneidade e género na academia. In: CRUZ e SILVA, Teresa, COELHO, João Borges; SOUTO, Amélia Neves. **Como Fazer Ciências Sociais e Humanas em África: Questões Epistemológicas, Metodológicas, Teóricas e Políticas**. Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África - DAKAR, Codesria, 2012. p. 195-210.

ASAD, T. "From the History of Colonial Anthropology to the Anthropology of Western Hegemony". In: George W. Stocking Jr. (ed.). **Post-Colonial Situations: Essays in the Contextualization of Ethnographic Knowledge**. Madison: University of Wisconsin Press, v. 19, n. 2, p. 313-327, dezembro de 1991.

BOAHEN, Albert Adu (ed.). **História Geral da África – África sob dominação colonial, 1880-1935**. São Paulo/Brasília: Cortez/UNESCO, 2011. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190255>.

BOAS, F. **A Mente do Ser Humano Primitivo**. Petrópolis: Vozes, 2010, pp. 104-112

BOAS, Franz. As limitações do método comparativo da antropologia. In: **Antropologia Cultural**. Trad. Celso Castro – 5ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2004.

_____. Os objetivos da pesquisa antropológica. In: **Antropologia Cultural**. Trad. Celso Castro – 5ª Ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2004.

_____. Raça e progresso. In: **Antropologia Cultural**. Trad. Celso Castro – 5ª Ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2004.

BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMILIO GOELDI. Ciências Humanas, v. 4, n. 1, 2009, p. 71-91.

CARVALHO, Ana. Antropologia da Guiné-Bissau. **Revista Soronda**. Guiné-Bissau, 2005.

CASTRO, Josué Tomasini. **Antropologia e África: da visão holística à desconstrução**. Brasília: UnB, 2008.

CUNHA, M. I. da. Diferentes olhares sobre as práticas pedagógicas no ensino superior: a docência e sua formação. **Educação**, v. 54, n. 3, p. 525-36, 2004.

EVANS-PRITCHARD, E. E. Os Nuer do Sul do Sudão. In: FORTES, M. e EVANS-PRITCHARD, E. E. (org.). **Sistemas Políticos Africanos**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981. 521 p. 19 cm.

FABIAN, J. **O tempo e o outro. Como a antropologia estabelece seu objeto**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

FERNANDES, Florestan. **A escola e a sala de aula. O Desafio Educacional**. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1989.

FERREIRA, L. M. **“Ordenar o Caos”**: Emílio Goeldi e a Arqueologia Amazônica. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas. vol.4, nº.1, Belém, jan./abr. 2009.

FORTES, M. EVANS-PRITCHARD, E. E. Introdução. In: M. FORTES, M. e EVANS-PRITCHARD, E. E. (org.). **Sistemas Políticos Africanos**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.

FRAZER, James George. O escopo da antropologia social. *In*: **Evolucionismo cultural**. Org. Celso Castro – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2004.

GUINÉ BISSAU. Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia – **MECT. Declaração da Política Educativa**. *In*: Soronda Nº1, INEP, Bissau, Jan, 2000.

GUINÉ BISSAU. Ministério de Educação Nacional – **MEN. Plano Nacional de Ação, Educação Para Todos** – versão validada. Bissau: Soronda Nº 19, INEP, 2003.

HOUNTONDJI, P. J. Investigação e extravessão: elementos para uma sociologia da ciência nos países da periferia. **Soronda - Revista de Estudos Guineenses**, n. 8, p. 107-118, 1989.

HONTONDJI, Paulin J. Conhecimento de África, conhecimento de africanos: Duas perspectivas sobre os Estudos Africanos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. n. 80, p. 149-160, 2008.

LAPLANTINE, F. A. **Descrição Etnográfica**. São Paulo: Terceira Margem, 2004.

LAPLANTINE, F. A. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

LÉVI-STRAUSS, C. Raça e História. *In: Antropologia Estrutural II*. Rio: Tempo Brasileiro, 1993, pp.328-366.

LOPES, Carlos. **Desenclavar as Ciências Sociais na África Lusófona: a iniciativa especial do CODESRIA**. Centro de Estudos Sociais Amílcar Cabral | Bissau, Guiné-Bissau, 2017.

MAFEJE, Archie. A commentary on anthropology and Africa. **Codesria Bulletin**, n. 3-4, p. 88-94, 2008.

MATOS, Patrícia Ferraz de. Modos de fazer da Antropologia Colonial: a missão científica de Mendes Correia à Guiné Portuguesa (1945-1946), *In: JORGE, Vítor Oliveira (coord.). Modos de Fazer / Ways of Making*. Porto: CITCEM, pp. 167-180. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/43198149/_Modos_de_fazer_da_antropologia_colonial_a_miss%C3%A3o_cient%C3%ADfica_de_Mendes_Correia_%C3%A0_Guin%C3%A9_Portuguesa_1945_1946_In_Jorge_V%C3%ADtor_Oliveira_coord_Modos_de_Fazer_Ways_of_Making_Porto_CITCEM_pp_167_180

MORGAN, Lewis Henry. A sociedade antiga ou investigações sobre as linhas do progresso humano desde a selvageria, através da barbárie, até a civilização. *In: Evolucionismo cultural*. Org. Celso Castro – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2005.

OWUSU, Maxwell. Ethnography of Africa: the usefulness of the useless. *In: GRINKER, Roy R. & STEINER, Christopher B. (eds.): Perspectives on Africa*. Oxford & Cambridge: Blackwell Publishers Ltda, 1997[1978]. p. 704-723.

OYEWUMI, Oyeronke. Conceptualizando el género: Los fundamentos eurocêntricos de los conceptos feministas y el reto de la epistemología africana. **Revista de actualidad y experiências**, n. 04,p. 1-8 4º trimestre/2010.

RADCLIFFE-BROWN, A. R. Introdução. *In: A. R. Radcliffe-Brown e D. Forde (orgs.). Sistemas Políticos Africanos de Parentesco e Casamento*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982 imp. 521, [6] p.

REINHARDT, Bruno. Poder, história e coetaneidade: os lugares do colonialismo na antropologia sobre a África. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 2014, v. 57, nº 2, p. 329-375.

SAHLINS, M.. “Suplemento à viagem de Cook ou ‘le calcul sauvage’” *In: Ilhas de História*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1981, pp. 23-59.

SAHLINS, M.. “Estrutura e História” *In: Ilhas de História*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1981, 7-22, 140-194.

SAID, E. Orientalismo. **O oriente como invenção do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANÉ, Samba. Os desafios da educação na Guiné-Bissau. **Revista Temas em Educação**, v. 27, n. 1, p. 55-77, 2018.

SEMEDO, Odete Costa. **Guiné-Bissau: histórias, culturas, sociedade e literatura**. Belo Horizonte: Nandyala, 2011.

SOUZA, Jossyara Aparecida Freitas de. **O lugar da antropologia também é na escola: leitura de contos literários para uma experiência antropológica na educação básica**. Maringá – Paraná, 2016.

SUCUMA, Arnaldo. **O ensino superior na Guiné-Bissau: elementos estruturais, conjunturais e suas implicações no desenvolvimento das universidades guineenses**. Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

VARELA, Bartolomeu L. **O Ensino Superior em África: potencialidades, desafios e perspectivas**. Universidade de Cabo Verde, Praia: Edições Uni-CV, 2013.

